



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



1920 | 2020

XXV
SEMANA
PUR
2019



XXV SEMANA PUR

XXV SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - 2019

A inflexão ultraliberal e o desmonte das políticas públicas no Brasil

Rio de Janeiro, 7 a 11 de outubro de 2019

SESSÃO TEMÁTICA

**“Centro bom é centro longe” – A intolerância religiosa e o processo de
marginalização dos terreiros de religiões Afro-basileiras**

BARBARA GIGANTE

BARANDIER

GPDES

Resumo: O trabalho faz uma breve análise histórica sobre a intolerância religiosa no Rio de Janeiro, relacionando a intolerância com a marginalização dos terreiros de matriz africana, debatendo a Reforma Pereira Passos, no início do século XX, como causadora do “centro bom é centro longe”.

Palavras-Chaves: Intolerância religiosa. Religiões Afro-brasileiras. Candomblé. Umbanda.

1. Introdução

No Brasil, em 2018, foram registrados mais e 500 casos de intolerância religiosa, onde as religiões mais afetadas foram a Umbanda e Candomblé. No Rio de Janeiro, de janeiro até a primeira semana de dezembro, foram 103 casos, um aumento de 51% comparado a 2017. Segundo a secretaria de Direitos Humanos do Estado, 74% dos casos foram contra as religiões de matriz africana.

Esse trabalho tem como objetivo entender as motivações históricas que fazem com que essas religiões sejam o principal foco dos casos registrados de intolerância religiosa. Além disso, há uma reflexão sobre a marginalização dos terreiros, por eles não se encontrarem mais em zonas centrais, o porquê do “centro bom é centro longe”, frase conhecida nos meios de axé.

No final do trabalho, há dois casos reais que ilustram a perseguição que sofrem os religiosos, onde os bandidos de Jesus invadiram e depredaram os terreiros. Por uma questão de segurança, os envolvidos pediram para não ter seus nomes, nem os lugares de onde são divulgados, já que temem por suas vidas.

2. A história da intolerância religiosa

Até a Renascença, o diabo é retratado como um diabrete, sem toda aquela força que o Satã toma, a partir do século XIX, essa nova visão se alastra, o poderoso Satã torna-se culpado pela maldade que ocorre em todo mundo. Silva (2019), fala sobre a dualidade que cresce entre o Diabo e a Igreja Católica, onde o Satã, príncipe das trevas, vira o maior opositor ao Cristianismo, isso faz com que qualquer sagrado não Cristão, passe a ser considerado do demônio, herege, os adeptos são endemoniados, pecadores, entre outras coisas.

O primeiro nome do Brasil mostra como a religiosidade era algo importante para nossos colonizadores. A tentativa de catequizar os povos que já viviam aqui, só demonstra que é indissociável a instauração do Catolicismo e o processo de colonização. Dessa forma, foi possível restringir o crescimento cultos diferentes. (ANGELIN, 2011)

Com a chegada da Inquisição no Brasil, que ocorreu no final do século XVI, os povos originários experimentaram o preconceito contra suas crenças, já que cultuavam forças da natureza, espíritos de seus antepassados entre outras coisas. Os rituais foram abalizados como hereges e inferiores, passando a não serem admitidos pelos colonizadores. A intolerância religiosa é reforçada com a missão da catequese jesuíta, que tinha ferramentas próprias para auxiliar na conversão dos povos.

2.1 A intolerância contra o negro

Já no final do século XIX, passam a ser documentados casos agressivos de intolerância religiosa, as religiões Afro-brasileiras ficam na mira de Igreja Católica e do Estado, Silva (2019) discorre sobre o processo de estigmatização de símbolos, ritos, que são associados ao diabo e à criminalidade.

Esse tipo de pensamento é outorgado pelo próprio Estado, já que no Código Criminal de 1830, o Artigo 276 diz que “Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.” Já no Código Penal de 1890, havia um capítulo que discorria sobre os Crimes contra a saúde Pública, onde:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos [...]

Parapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica [...].

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro.

Em seu livro, Sodré (1988) faz referência a um texto do século IV (a.C.), que tem sua origem ligada a Aristóteles, que faz uma recomendação de, com intuito de anular a aliança de propósito, não obter vários escravos de etnias iguais. Seguindo esse mesmo pensamento, os candomblés começam a ser estigmatizados por serem locais onde negros, libertos ou não, se reuniam, trazia um sentimento de pertencimento, um empoderamento, que poderia causar revoltas, motins, até uma consciência de classe causada pela união. O autor exemplifica essa questão, quando, no início do século XIX, Conde dos Arcos (governador da Bahia), permitiu que ocorressem os batuques, acreditando que distinção entre as culturas traria à tona antigas rivalidades, que foram apagadas com tempo graças ao infortúnio comum.

Os escravos passam por um processo de catequização tal qual os povos originários, esse processo resultou na procura de saídas para conseguirem prosseguir com seus cultos, sem que sofressem qualquer tipo de represália, já que mexiam com ervas, curas, cultuavam seus antepassados, além de outros ritos vistos como herege. Muitas vezes seus senhores tinham medo dos escravos usarem todo esse aparato místico contra eles. Uma das saídas encontradas fez surgir o sincretismo de

seus deuses com os santos Católicos, onde utilizavam a imagem do santo como representação do Orixá/Vodun/Nkisi³, dessa forma conseguiram evitar de serem vigiados.

Posteriormente, o sincretismo evitou batidas policiais, mas sem evitar que alguns terreiros fossem fechados quando a troca pelos santos não enganava as autoridades.

A polícia vai agora se dispor a oppor um paradeiro á escandalosa audácia dos charlatães que se locupletam com a credice e a ignorância da camada inculta da população. O delegado do 30º distrito acompanhado de comissários e praças de polícia, resolveu-se hontem acabar com o antro de exploração, um desses indecentes candomblés, o qual h muito existia no morro do Cabrito [...] em Copacabana. Chegando no alto do morro, o delegado fez cercar a casa de Germano Bento da Silva, que [...] explorava o tal candomblé com a denominação de “Filhos de Umbanda”. Quando a polícia chegou, o pessoal estava em “sessão magna”, onde se ministrava a feitiçaria com espiritismo e se commettiam imoralidades. (GAZETA DO POVO, 1915)

Uma denuncia anonyma, mas segura, tinha chagado á delegacia da zona do Jardim Botânico: “Na casinha n. 2 da rua Maria Eugenia n. 77. Que fosse até lá a policia e veria o antro de feitiçaria que era aquillo”[...]. No antro [...]O Octaviano é um heróe. Typo achapado, de cor preta, de 49 annos de idade, apesar de se dizer cozinheiro do Consulado Hollandez, a sua melhor vida leva-o a officina prática de “mandigas” escamoteando o dinheiro ao papalvos com suas feitiçarias. [...]Não vai muito tempo, no Morro da Babylonia, a policia [...] cahiu-lhe em casa num dia de “função”. Foi um alvoro to no meio da “missa”, [...] mulheres, raparigas de cor preta, cantando o “tabaque”, [...] requebravam endemoninhadas em torno. (GAZETA DO POVO, 1919).

A análise de jornais do início do século XX, é possível notar o Candomblé com algo imoral, está sempre ligado a magia negra, onde seus adeptos são charlatãs, aproveitadores que utilizam do misticismo para extorsão das pessoas que buscam auxílio, tanto que é ilegal, fonte de um atraso que não combina com as transformações sociais experimentadas na época.

A democracia aqui instalada, teve o Estado como local de manobra. De frágil aprovação eleitoral, há metas sociais que os governos republicanos definem, o poder passa a ser privatizado, por ser algo “mal necessário”, já que maioria da sociedade não teria plena capacidade de fixar tais metas (MOURA, 1995).

Com a abolição, os ex-escravos, passam a sofrer com o esquecimento do Estado, ficam sem acesso a terra, sem educação, sem treinamento que auxiliem em uma profissão, não há alternativas para se reordenarem. Moura (1995), discorre sobre a ruptura das relações entre negros e brancos e entre os próprios negros. Já que a abolição acaba com o mundo organizacional que foi criado, com elementos que eram centro de sua cultura.

3. Europa possível x Pequena África

O Rio de Janeiro, capital federal do país, passa por transformações não só urbanas, mas sociais e culturais, com intuito de modernizar a cidade. No final do século XIX, o Rio passa por um processo de “afrancesamento”, com a Belle Époque, que tinha o intuito de afrancesar a capital.

Surge assim o “trompe-l’oeil”, que é, de forma literal, enganar-olho. “Trata-se de uma pintura, que, por meio de um jogo mimético de terceira dimensão, oferece ao olhar uma ilusão, mas fazendo crer que são reais os objetos nela representados.” (SODRÉ, 1988 p. 35). A ideia é ser, simular e não representar.

No século XVIII, o porto do Rio de Janeiro torna-se o principal porto nacional na questão de exportação de produtos brasileiros, além disso, também é o principal centro distribuidor e consumidor. A capital crescera de forma desordenada, na virada do século XX, contava com, aproximadamente, um milhão de habitantes, segundo Moura (2004).

A modernização que começa a acontecer tem o intuito de romper os resquícios de que no Brasil existiu uma colônia, a ideia era apagar tudo que lembrasse esse momento de atraso vivido pelo país. A melhor forma de isso acontecer era segregando, ainda mais, o negro. A escravidão praticamente representava a ideologia colonial e o negro é visto como signo do atraso, sendo mais fácil afastá-lo.

Moura (1999) fala sobre o início das obras comandadas pelo prefeito Pereira Passos, com a abertura e alargamento de ruas, reforma do porto, melhoria nos acessos à Zona Sul e Zona Norte, estendendo o os ramais da Leopoldina e Central do Brasil e, um dos pontos mais importantes, obras que de saneamento, campanhas para combater as epidemias, que gerou uma grande demolição dos cortiços nos bairros localizados próximo ao porto.

Essa questão médico-higienista, de acordo com Sodré (1988), é propulsora das grandes mudanças que aconteceram em diferentes cidades, não só no Rio. A habitação produz uma cosmovisão, “a tal ponto que a “melhoria” da classe operaria teria de passar pela reforma do ambiente residencial”.

Durante a ocupação dos espaços do Rio, o negro, esquecido pelo Estado, ficou com instalações insalubres, seja em cortiços, seja em favelas, as condições de vida eram péssimas, o que acabava por colocar, como algo que impedia a modernização da cidade, como se fosse o culpado pelos problemas de higiene enfrentados na capital, ele carregava a aparência de pobreza, a marca do que não é civilizado.

A marginalização do negro, vai crescendo com a chegada dos imigrantes europeus, que tinha o intuito de embranquecer a cidade, símbolo da modernização social e cultural, regenerando o país.

Com isso, os empregos ofertados tinham preferência de serem preenchidos por esses imigrantes, fazendo com que sobre o subemprego.

As reformas atendiam às evidentes exigências da ordem produtiva definida em termos econômicos puros e simples, mas também a exigências ideológicas, pois importava politicamente aos dirigentes (banqueiros, industriais, comerciantes) inscrever-se como classe vitoriosa no espaço físico. Isto queria dizer: entronizar aparências brancas (europeias) e defender-se da infiltração de migrantes nordestinos e de antigos escravos. A reforma da cidade, ao mesmo tempo em que teatralizava na suntuosidade dos prédios o imaginário burguês nativo e prepararia a cidade para novos tipos de comunicações e transporte [...], forneceria também baluartes contra as infiltrações negro-populares. Essas “infiltrações” – proximidade física dos antigos escravos, expansão dos cultos negros etc. – tornam-se ameaça cultural depois da Abolição da Escravatura. Brancos e negros, ricos e pobres podiam coexistir em relativa proximidade física, quando o sistema socio-econômico-cultural, permitia uma certa “tranquilidade hierárquica”, isto é, um consenso quanto às linhas de diferença entre as etnias e as situações de classe. Com o esfacelamento da ordem patriarcal-escravagista e o progressivo predomínio nas cidades do sistema comercial-financeiro, era preciso redefinir territorialmente as linhas de distanciamento, já que a nova estrutura social – de características liberais e igualitárias – ameaçava o antigo consenso quanto à hierarquia social. (SODRÉ, 1988, p. 42-43).

O bairro da Saúde, localizado na zona portuária do Rio, foi o principal local onde os negros se instalaram, tantos africanos, como baianos e ex escravos (eram considerados todos iguais, ignorando as distinções entre cada), essa região ficou conhecida como a pequena África no Rio. Muniz Sodré (1988) conta que dos navios era possível ver uma bandeira branca hasteada, era o símbolo que ali existia uma egbé.

Os Yorubás, tinham a base da sua estrutura religiosa, a estrutura familiar, a linhagem era algo importante e, com a escravidão, a referência foi perdida. Isso faz com que o culto seja recriado e adaptado ao território brasileiro. Na África, os Orixás eram patronos das cidades e seus cultos, muitas vezes, se restringiam somente aquele local. A junção de várias etnias diferentes no mesmo local, fez com que o culto passasse por uma mistura, onde se cultuavam deuses de diferentes regiões. A adaptação vai além da questão da reterritorialização, mas também do culto, com a questão de ervas, oferendas, entre outras coisas. Esse amoldamento é importante para que o negro se mantenha não só vivo, mas também como forma de manter viva sua cultura.

A reconstrução de tais linhagens, era uma ação, de acordo com Sodré (1988), política. Seguindo ainda o autor, tem a questão do matriarcado tão presente nesse processo identitário. De acordo com os Nagôs, a Orixá Nanã está ligada a questão da fertilidade, da criação, mas também na questão do dinheiro, criando uma conexão entre gerar e o dinheiro. O papel da mulher é central, seja como lavadora de roupa ou apamentadas de baianas, carregando seus tabuleiros de doces para venda.

"Não era fácil não, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal assim que era preto, da África, que pertencia à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas mulher baiana arranjava trabalho. Porque sabe, a mulher baiana elas têm assim aquelas quedas, chegavam assim ‘iaíá, que há?’ e sempre se empregavam nas casas de família pra fazer um banquete, uma coisa. Tinha fábrica, já tinha aí pra Bangu, já tinha, mas eram os brancos que trabalhavam. Muitas

mulheres trabalhavam em casa lavando pra fora, criando as crianças delas e dos outros, mais dos outros do que delas" (Moura, 1983, p. 231).

Esse papel não é só na questão financeira, mas também religiosa, cultural, já que eram figuras importantes nas festas, nos sambas. Um exemplo disso, são as Tias Baianas, trazidas por Moura (1999) em seu livro. Eram figuras importantes, respeitadas por toda Pequena África, que se estendia da região portuária até a Cidade Nova, tendo a Praça Onze como capital, principalmente por causa do Samba.

No período das Tias Baianas, a luta pela territorialidade não era somente uma questão de ter um lugar para se viver, mas ter sua identidade, um local que mostre que ali existiam pessoas, um processo de imprimir suas marcas naquele local, demarcando seu território, sua identidade, sua cultura. A importância dessa relação social do ser com o espaço, é definida com as classificações do território que Sodré (1988) traz, onde há o território público, o território da casa ou privado, território internacional e o território do corpo, que é "relacionado com o espaço pessoa, como o próprio corpo e o espaço adjacente [...] delimitação invisível do espaço."

A Reforma Pereira Passos, faz do Rio de Janeiro uma "Europa Possível", porém, do outro lado, temos a Pequena África, com uma rede de apoio enorme, que abraçava aqueles que aportavam no Rio. Já sabiam que a bandeira branca representava uma casa de Oxalá, um abrigo, um apadrinhamento. Esse vínculo criado, é importante para construção da territorialidade, da identidade não só individual, mas dos ex escravos, dos africanos e baianos que no Rio chegavam.

O bota-abixo atinge, principalmente, os residentes da zona portuária e adjacências, fazendo com que haja um fluxo migratório, ainda maior, para os lugares depois do Campo de Santana, para os subúrbios e morros nos arredores do Centro. Na questão religiosa, isso faz com que os terreiros sofram modificações significativas espaciais, já que a falta de espaço se torna um problema. Os casarões que foram construídos no século XIX, passam a dar lugar aos conhecidos cortiços.

Essa mudança de território reflete também na religiosidade, há uma remodelação do terreiro para caber no espaço físico atual e, os novos líderes religiosos que vão surgindo, são pessoas que não pertencem a mesma classe social dos baianos que lideravam a Pequena África.

4. A perseguição das batidas policiais

Surge a Macumba Carioca, que se diferencia no Candomblé. A diferença, segundo Sodré (1988), está no fato da Macumba não ter uma estrutura patrimonialista. Mas essa diferença só existe para quem está envolvido nas religiosidades citadas, os jornais da época, inquéritos criminais, para as outras pessoas, tudo é mesma coisa, mesmo com nomes diferentes.

Com o código penal de 1890, várias pessoas foram acusadas de bruxaria, macumba, baixo espiritismo, magia negra. Maggie (2007) reflete sobre a questão dos processos criminais que passaram a existir depois da promulgação do código. Se existe uma lei que impede que tal coisa aconteça, é porque as pessoas acreditavam em magia.

Os processos de maneira geral revelam a participação de toda a organização jurídica, juízes, advogados, delegados e promotores nos assuntos da magia, criando uma perícia especializada que examinava os fetiches, feitiços e sortilégios e os distinguia da magia benéfica. Essa perícia era feita por policiais que, como oráculos, diziam se o réu era feiteiro perigoso ou legítimo pai-de-santo. (MAGGIE, 2007)

A autora discorre sobre o caso do Rio de Janeiro, onde peritos eram selecionados para classificar os objetos apreendidos: “magia negra”, “arsenal de bruxo”, entre outros nomes que são, basicamente, aqueles encontrados no Código Penal. Os objetos confiscados nas “casas de fazer macumba”, faziam parte do Museu de Magia Negra, no acervo do Museu da Polícia Civil. Antes de serem tombadas, as peças faziam parte de uma seção da delegacia responsável pela perseguição e repressão dos terreiros.

A “crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais” (Maggie 1992, p.22), demonstra o auxílio do Estado na construção dessa magia. Toda essa questão também passa por uma questão identitária, já que os desfechos de cada caso influenciava os peritos religiosos. Surge assim o termo “baixo espiritismo”, demarcando a dualidade entre os bons e maus espíritas.

No final da década de 1920, surge uma campanha de repressão ao “baixo espiritismo” no Rio de Janeiro. O chefe de polícia relata que é há muito o que fazer em relação a inibir tais práticas, porém, “a distinção entre os adeptos de doutrinas respeitáveis pelos seus fins de assistência e educação e praticantes do falso espiritismo, cartomancia e demais formas de abuso e mercancia” (Maggie, 1992 p. 44-46) é responsabilidade dos policiais.

Os objetos apreendidos nos “antros de bruxaria”, também são importantes nessa construção que há do “baixo espiritismo”, porque dão forma a algo que antes era invisível, servindo de parâmetro para próximas apreensões.

O “baixo espiritismo” está diretamente ligado ao culto Afro-brasileiro, seja chamando de “macumba”, “africanismos rudes”, entre outras coisas, principalmente quando o comparativo é o espiritismo europeu, codificado por Allan Kardec. Temos o europeu como símbolo da evolução, em uma cidade que se redesenhou para ser uma “Europa possível”. Isso não quer dizer que a Federação Espírita Brasileira não passou por nenhum tipo de perseguição, mas que serviu de parâmetro para construção da dualidade já citada.

5. A novas perseguições

Foi realizado dois estudos de caso, onde entrevistei uma Yalorixá e um Pai de Santos (forma de denominação utilizada por eles) que preferiram não se identificar por causa das retaliações que já sofreram.

O caso do Pai de Santo, ele tinha seu terreiro localizado em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, que foi invadido por traficantes de Jesus que primeiro colocaram fogo nas roupas que estavam secando, como forma de aviso. Posteriormente, depredaram o terreiro durante a madrugada e deram um tempo para que o terreiro pudesse sair de lá. A mudança será para Maricá, município da Região Metropolitana.

No caso da Yalorixá, seu Ilê (terreiro) também estava localizado em uma favela na Zona Norte e está de mudança para Saquarema, na Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro. O Ilê também sofreu uma intervenção, onde começaram restringindo o horário de toque, pedindo que retirasse a bandeira branca e, aos poucos, podando o culto até o dia que entraram e quebraram vários objetos, deixando o recado de que ali estavam proibidos de ficarem.

A Yalorixá contou que seu Avô de Santo tinha um terreiro em Santa Cruz da Serra, distrito de Duque de Caxias, porque lá era mais fácil de fugir das batidas policiais, conseguiam bater sem serem incomodados.

Essa tranquilidade foi o motivo de ambos terem escolhido lugares distantes de onde estavam. Poder tocar o atabaque sem o medo de sofrerem represálias, sem terem seus sagrados quebrados. Além disso, tem uma questão do espaço, de conseguirem plantar suas ervas, ficarem mais próximos da natureza, sem terem que passar por momentos tão traumatizantes como o que viveram.

6. Conclusão

Atualmente, de acordo com a União Umbandistas dos Cultos Afro-brasileiros há, aproximadamente dez mil e quatrocentos terreiros localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde 1585 deles estão no município do Rio de Janeiro, mas sem identificação de bairro. Na Baixada Fluminense, estão 21% das casas e os bairros com maior concentração no município são: Campo Grande (294), Realengo (190) e Santa Cruz (167), todos bairros da Zona Oeste. Já na região central do Rio de Janeiro há 35 terreiros.

Pode-se concluir que o processo de marginalização dos terreiros e a intolerância religiosa tem em suas bases o racismo, por ser uma religião de negro. A elitização do Centro do Rio durante a Reforma Pereira Passos, fez com que houvesse uma procura por espaços onde coubessem o seu sagrado de forma mais fiel possível, respeitando toda uma questão territorial do Ilê.

Referências

ALVES, Isabela. Brasil registra mais de 500 casos de intolerância religiosa em 2018. Observatório 3º Setor. Brasil, 19 de jun. de 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-registra-mais-de-500-casos-de-intolerancia-religiosa-em-2018/>. Acesso: 03 out. de 2019

A polícia interrompeu uma sessão magna dos “Filhos de Urumbanda”. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 15 dez. 1915. Edição 353. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/36624. Acesso em: 29 set. 2019.

BRAZIL, Código Criminal, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.

DELUMEAU, Jean. O medo no Ocidente: 19300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Código Penal de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 03/10/2015.

LUCHESE, Bete. Aumenta em 51% o número de casos de intolerância religiosa no RJ. RJ2. Rio de Janeiro, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/aumenta-em-51-o-numero-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rj.ghtml>. Acesso em: 02 de out. de 2019.

REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): Resultados Preliminares <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/diversidade-religiosa/publicacoes-1/RelatoriosobreIntoleranciaeViolenciaReligiosanoBrasilExpediente2.pdf>

SILVA, Carolina Rocha. RACISMO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 283-296, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/693>>. Acesso em: 03 out. 2019.

UM “cangerê” infernal. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 8 jun. 1919. Edição 154. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/46984. Acesso em 30 set. 2019.

União Umbandista dos Cultos Afros. Disponível em: <https://www.uucab.com.br/>. Acesso: 01 out. 2019

VALENTE, Waldemar. Sincretismo Religioso Afro-brasileiro. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1955.

MAGGIE, Yvonne. O Arsenal da Macumba. Disponível em: <http://raizaficana.wordpress.com/2009/12/16/o-arsenal-da-macumba-por-yvonne-maggie/>. Acesso em: 08/10/2013.